

Um visitante asiático: representações sobre cólera morbus em Sergipe

Terezinha Oliva¹

Dilton Maynard²

“... porque há cem anos atrás a noite estava grávida do medo e da iminência dum flagelo de Deus...”

(Gilberto ANDRADE, 1955 : 15)

“Quem for ao Aracaju/ leve contas pra rezá
Porque lá é o inferno/onde as almas vão pena”.
Protesto contra a mudança da capital.

Autoria desconhecida (Excerto) In: José CALAZANS, 1992, : 83.

O reino de Clio é vasto e fértil. Nele, diferentemente daquilo que ocorre noutros campos do conhecimento, oferecem-se diversos expedientes à análise de um mesmo problema. Os caminhos a percorrer são distintos. Afinal, como escreveu Marc Bloch (1886-1944) referindo-se à diversidade de testemunhos, tudo aquilo o que o homem disse, escreveu, fabricou ou tocou pode (e deve) ser um referencial da sua história. Deste modo, uma das abordagens possíveis ao investigar a vida de uma sociedade é o estudo das epidemias que a acometeram.(BLOCH,1976)

1 Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Doutora em Geografia pela UNESP/Rio Claro.

2 Graduado em História e Mestrando em Ciências Sociais pela UFS.

O acontecimento de uma epidemia pode ser encarado como uma das faces de um processo não somente biológico, mas sobretudo social. Engels, em artigo inacabado datado de 1876, relacionou a gestação de uma doença na Europa à expansão de determinada cultura agrícola, imbricada com o aparecimento de uma nova opção alimentar. Adverte este autor: *“los que difundieron el cultivo de la patata en Europa no sabían que con este tubérculo farináceo difundían a la vez escrofulosis”*. A mesma escrofulose foi um dos pontos de partida do já citado M. BLOCH para escrever *Os Reis Taumaturgos* – um estudo acerca das representações coletivas, sobre a crença no poder de cura através do toque real dos soberanos franceses e ingleses. Por sua vez, especialista em história da saúde, Mirko Grmek afirma que *“os hábitos sociais têm sem dúvida um efeito decisivo sobre o começo e as conseqüências das epidemias. [...] é necessário um certo número de condições sociais para que a epidemia tome corpo”*.¹

Assim sendo, gostaríamos de tratar da epidemia do cólera que atingiu Sergipe no século XIX. Com isto, pretendemos evidenciar a inserção da doença no cotidiano sergipano, refletindo sobre as imagens que afloram, em certas fontes, acerca do cólera. Observamos ainda as dificuldades encontradas para lidar com essa doença, ressaltando as especificidades da epidemia, numa das vezes em que o cólera morbus atingiu Sergipe.

O termo “Cólera” vem do grego *cholé* (bile), definindo a doença infecciosa, aguda, endêmica, provocada pelo “*vibrio comma*”. Embora seja comum o uso deste termo para referir-se à “ira, furor, fúria, iracúndia”, em suas origens percebe-se a ligação intrínseca com a enfermidade. Afinal, uma das características mais marcantes desse mal é a diarreia com fezes de cor biliosa (pardo dourado ou amarelo esverdeado). Nos oitocentos, Sergipe enfrentou o problema por duas vezes: 1855 e 1862/1863. Todavia, privilegiaremos a primeira experiência vivida em Sergipe, centralizando nossa reflexão em Aracaju. Isto ocorre porque: a) 1855 é um ano-chave na história sergipana – nele ocorreu a mudança da capital de São Cristóvão, para Aracaju; b) o primeiro surto do cólera demarca um certo “*ineditismo*” diante da experiência de “*massificação*” da morte; c) a epidemia coloca novas perspectivas a alguns hábitos cotidianos, como, por exemplo, os se-

pultamentos; d) o ano de 1855 constitui um marco na periodização da história de Sergipe. Autores como Felisbello Freire (1858-1916) e Sebrão Sobrinho (1898-1973) atribuem a esse ano o caráter de um momento crucial da nossa vida política. Para Sebrão, 55 é nomeado como “Pre-núncio do Progresso”, enquanto que na História de Sergipe de Felisbello FREIRE (1891) a transferência da capital, efetuada naquele mesmo ano, completa os quatro grandes momentos da nossa história²

O “*visitante asiático*”, como se refere ao Cólera Gilberto Andrade, suscita várias interpretações entre os sergipanos. Ele se manifestou num ambiente já repleto de doenças – as “*febres palustres*” atormentavam os aracajuanos, como mostra José Calazans: “*quase todos os povoadores da nova capital, segundo os jornais da época, foram acometidos de febres intermitentes. O surto palúdico assumiu, em julho e agosto principalmente, proporções assustadoras*”. Segundo este autor, “*Aracaju tornou-se um imenso hospital*”.³

Oliva e Silva mostram diferenças significativas entre as duas epidemias (1855 e 1862/3). Assim, enquanto no primeiro momento “*a Cólera, embora não tivesse atingido em massa, embaraçou os primeiros meses da vida da cidade*”, a segunda versão da epidemia é marcada pela “*calma*” e “*resignação*” que, conforme os autores, “*já deviam estar marcando uma população acostumada a conviver com a doença e com a morte*”.

Com o trabalho A Fera do Ganges, Amâncio Cardoso dos SANTOS NETO desenvolve o seu mestrado na UNICAMP, Campinas (SP). Santos Neto aborda os possíveis significados sociais que o “*Cholera Morbus*” adquiriu nas duas vezes em que atacou Sergipe.⁴

Embora sejam identificáveis divergências entre este e outros autores que trataram deste fenômeno, há unanimidade entre eles no que se refere ao impacto da epidemia sobre a população sergipana. Dentro dos quatros séculos de ocupação do território sergipano a epidemia de 1855, por todos os problemas que trouxe, fornece diversas possibilidades interpretativas. Apesar disto, a historiografia local sobre epidemias carece de mais estudos.

Assim sendo, pretendemos investigar as “*manifestações*” referentes à doença e ao seu impacto na sociedade sergipana. Esperamos refletir sobre algumas das possíveis “*leituras*” feitas por gente da épo-

ca acerca da origem desse mal. Baseados em algumas cartas coletadas no PDPH (Programa de Documentação e Pesquisa Histórica – UFS), tecemos a nossa abordagem. Afinal, o ano de 1855 foi singular também no que se refere à correspondência: o medo do contágio pelo cólera impelia muitos leitores a desinfetarem as cartas recebidas que, neste texto, tratam-se de correspondências entre cidades sergipanas e no caso de uma delas, entre São Cristóvão e a Corte. Como constam somente enquanto anexos de processos, as cartas não são do tipo “*oficial*”, algo que oferece uma maior aproximação com o cotidiano da época.

Através da leitura destas cartas, procuramos destacar certas representações feitas pelos cidadãos, sobretudo de Aracaju, assim como as remodelações em algumas práticas sociais acentuadas pela epidemia de 1855. Nosso ponto de partida é uma correspondência entre compadres. Vejamos o que diz uma destas cartas.

Aracaju, 8 de dezembro de 1855. Silvério José Gomes escreve a seu compadre Silva Gomes. A carta é uma resposta. Em correspondência anterior, Silva Gomes havia manifestado a intenção de mudar-se para Aracaju (agora, nova capital da Província). Todavia as notícias não eram animadoras.

Silvério escreveu: “recebi a sua [carta] de 6 do corrente, que me deu muito prazer pela certeza de sua saúde, e pela notícia, que tão bem me dá de hir declinando ahi a epidemia, a qual, Deos permitta, deixe de uma vez o pobre Sergipe”.(GOMES, 1855)

A princípio, chama a atenção o lugar privilegiado que o cólera assume na conversação escrita. Antes de mulheres, amigos ou filhos, falou-se sobre a “*fera do ganges*”. As notícias mais importantes tratavam deste visitante inoportuno que todos queriam ver partir. Sergipe, castigado pelo Cólera Morbus, vivia a tumultuada transferência da capital.

Em 1855 Aracaju constituía ainda um “embrião” de cidade. Calazans retrata a nova urbe da seguinte maneira: “pobre cidade de Aracaju, nos dias agitados e tristes de 1855. Areiais, riachos, cajueiros, coqueiros, casas de palha, eis os elementos que sobressaíam na paisagem merencória da capital nascente”(CALAZANS, loc cit.)

O quadro realmente não era o de uma estrutura urbana apreciável. Basta dizer que entre as despesas efetivadas um ano após a trans-

ferência da capital, constam o aterro de pântanos (4: 226\$699) e roçagem e destocamento da capital (783\$640). Há indicações também acerca dos gastos com fontes (670\$480) e com a construção de uma estrada (2:633\$100). Estes valores, constantes na prestação de contas do Presidente da Província em 1856, Salvador Correia de Sá e Benevides, levam à conclusão da situação de incipiência urbana e rarefação de esgotos.

A precária estrutura habitacional apresentava de um lado, construções sumárias, sem grandes ornamentos ou ousadas arquiteturas. Por volta de 1856 ainda é possível falar em Aracaju como *“uma edificação rala, parecendo antes sítios isolados dos povoados obscuros, sem definir alinhamento”*. Casas de palha e taipa eram as mais comuns. Por outro lado, as habitações eram caras. Algo que dificultava o pedido feito por Silva Gomes ao seu compadre de obter uma casa na nova capital. Silvério não animava o amigo: *“acho muito difícil, porque as pócas que aqui existem, estão todas ocupadas, e mesmo de palha não pude descobrir, offerecendo um aluguel maior, do que o que se costuma pagar”*.

Contudo a situação não era difícil somente para Silva Gomes. Seu compadre, por exemplo, também experimentava um momento delicado. Ainda na citada carta de 8 de dezembro, Silvério noticia: *“eu mesmo estou [vendo] hir para debaixo de um cajueiro, porque a casinha, em que moro, que é do Antonio Pedro tenho de deixar, porque de certo elle a hade querer para o pai, que tem de vir com o cartório dos feitos na forma das ordens do Governo”* (GOMES, *o. cit.*).

Problema considerável, o de Silvério. Ter de deixar a casa onde morava e *“ir para debaixo de um cajueiro”*. O que isto poderia dizer? A exigüidade de referências sobre os vocábulos populares oitocentistas não permite muitas inferências. Todavia, é possível que a expressão cumprisse, à época, em Aracaju, função semelhante a hoje consagrada hipérbole: *“ir morar debaixo da ponte!”*. Isto é, tratava-se antes de uma força de expressão.

Sobre isto, José Calazans cita Manuel dos Passos e Clodomir Silva como intelectuais que acreditavam na possibilidade da *“mór parte da gente”* habitar debaixo de *“ouricuzeiros”* e *“cajueiros”*. O autor, contudo, discorda e esclarece: *“há evidentemente, alguma fantasia nestas*

afirmações generalizadas, mas é bem possível que as pessoas mais humildes – os escravos, por exemplo – ficassem ao relento, debaixo das árvores”(CALAZANS, *op.cit.*: 79). Seria este o caso de Silvério?

Provavelmente não. Silvério José Gomes era letrado, conhecia a nova urbe e, possivelmente, era bem relacionado (afinal, Silva Gomes não o elegera para cuidar de questão tão preciosa, à toa). Além disto, Silvério tinha um emprego, bem como um senhorio compreensivo. Aparentemente, é o que sugere a correspondência de Antonio Pedro Machado d’Araújo (mencionado a pouco por Silvério), datada de 4 de janeiro de 1856. À certa altura da carta, enviada a seu pai – um escrivão octagenário residente em São Cristóvão –, Antonio Pedro explica: *“Eu tenho uma cazinha pequena que tinha oferecido ao meo cunhado Marianno, e porque elle a não quisesse, alugueia aos senhores Francisco Felino Peixoto e Silvério José Gomes, mesmo assim sem comodos vosmecê conta com ella; porém será quando os ditos senhores possão obter uma outra caza para mudar-se, o que será muito difficil”* (D’ARAÚJO, 1856).

Por sua vez, a correspondência enviada à Corte, requisitando a intervenção imperial na peleja referente à transferência do Cartório dos Feitos da Fazenda da antiga para a nova sede do Governo, menciona entre as provas da impossibilidade temporária da mudança, os esforços para despedir da residência do filho do escrivão *“dois empregados, que a tinham alugado”*.⁵

Portanto, as palavras de Antonio Pedro podem esconder, por baixo do respeito aos funcionários, mais um artifício para justificar a morosidade no processo de mudança do cartório. Como é sabido, o processo de mudança da capital foi conturbado. De modo a atrair os funcionários residentes em São Cristóvão, o Governo concedeu uma série de incentivos àqueles que optassem por morar em Aracaju (ajuda de custo para o transporte e adiantamento nos ordenados, por exemplo). Talvez – e esta é só uma suposição – os responsáveis pelo Cartório dos Feitos da Fazenda estivessem ainda hesitantes, jogando com a situação, ponderando sobre a consolidação da transferência de sede administrativa. Portanto, Silvério e o outro morador, Francisco Felino Peixoto, eram peças menores em meio as muitas intrigas existentes entre a capital e São Cristóvão (OLIVA e SILVA, *op. cit.*; WYNE, *op. cit.*; CALAZANS, *op. cit.*)

Apesar disto, Silvério não demonstra preocupação em relação à moradia. Ocupa-se antes em confortar o amigo, informando que tentaria até mesmo uma casinha de palha a fim de acomodá-lo. Inquietação mesmo, ele aparenta com a epidemia que assolava Aracaju e outras cidades sergipanas. Escreve: *“eu vou hindo da mesma forma, soffrendo de intermitentes uma vez e outra, porém antes ella, do que o Sr. Cholera”*. Aqui, a doença ganha um nome, um respeitoso pronome de tratamento. É o Sr. Cholera. Ironia ou temor? Talvez uma parcela de ambos (GOMES, b, a, op.cit).

O tratamento dispensado à doença revela a inserção do Cólera no cotidiano dos sergipanos. O visitante asiático percorreu diversas vilas da Província. Esteve em Santa Luzia, Laranjeiras, São Cristóvão, entre outras localidades. Em todas a cena se repetia: cadáveres, numa velocidade assustadora, surgiam das grandes e pequenas propriedades. A epidemia marcou a gente da época de tal maneira que ocupa espaço privilegiado em suas correspondências.

Noutros tempos, na “geografia das cartas”, os territórios seriam ocupados por notícias sobre parentes, amigos, negócios, planos domésticos. Falar-se-ia do gado, das boas e más colheitas, da festividade ao Santo de devoção. Porém, na pequena carta de Silvério, encontramos dois homens e uma doença – curiosamente tratada pelo pronome “*senhor*”. Masculinizada, portanto, uma espécie de terceiro macho. Na verdade, é através do artigo singular e masculino “o” que a moléstia é conhecida. Pelo que se sabe, é comum o uso do vocábulo masculino no Brasil, enquanto que em Portugal a forma feminina é mais aplicada para referir-se à moléstia. É compreensível o uso feito no Brasil, haja visto que na língua latina o gênero é designado pelo segundo elemento. Assim, no caso aqui observado, “a palavra determinante não pode ser *cholera*, mas *morbus*, que é masculino; outra não pode ser regra: o *morbus* chamado *cholera*”.⁶

Depois de longa caminhada, o *Senhor Cólera* estava em território sergipano. Gilberto Osório de Andrade revela o itinerário do mal até a América, dizendo que: *“no começo de oitocentos a ‘fera do ganges’ despertara, investira contra a Ásia Meridional, a China, as Índias Orientais e as Filipinas, assaltando depois a Arábia e a Pérsia. Em 1830 talava já boa parte da Turquia e da Prússia, logo transpondo o*

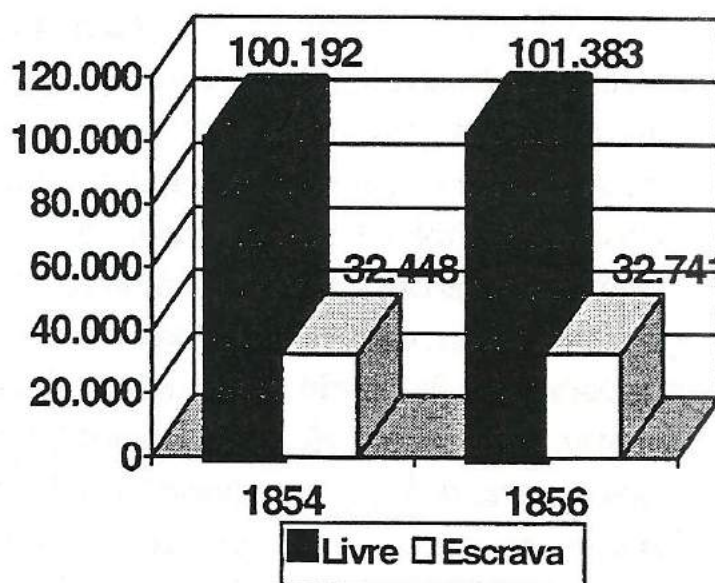
Atlântico e fazendo medonha aparição na América do Norte". Em junho de 1855 a doença manifestou-se no Pará. No mês de julho, talvez trazida pelo Vapor Imperatriz, chegou à Bahia, logo matando diversos pescadores na região do Rio Vermelho. Da Bahia seguiu viagem até Sergipe. Em Aracaju pode ter entrado com a ajuda do Barão de Maroim, que, procedente da Bahia num navio, ignorou os avisos vindo da terra e ordenou que a embarcação adentrasse nossa barra.

A epidemia de Cholera Morbus fez diversas vítimas em Sergipe. Aproximadamente 30.000 pessoas foram vencidas pela doença. Este número compreende cerca de 30% da população da época, 40% do total de escravos do período. Cerca de 4.000 mortes foram registradas em Laranjeiras (ANDRADE, op.cit.; PINHO, op.cit.: 142;. WYNE, op.cit.: 186)

A gente sergipana, todavia, não chegou a apresentar um decréscimo populacional significativo em seus mapas estatísticos. Observe-se a comparação entre os anos de 1854 e 1856:

I. POPULAÇÃO SERGIPANA (1854-1856)

A estabilidade do quadro é explicada graças ao aumento na taxa de natalidade. Ainda assim, é perceptível o pequeno aumento no contingente escravo (cerca de 0, 9%), resultado das muitas mortes que o Cólera causou (MOTT, 1986:86).



Na Bahia, região em que esteve antes de chegar a Sergipe Del Rey, o “visitante asiático” matou cerca de 26.000 habitantes. Ali, na cidade de Santo Amaro, dona de um população de 7 ou 8.000 pessoas, cerca de 3.000 sucumbiram vítimas do cólera. Pernambuco não teve melhor sorte: ao final do suplício apresentava 32.586 mortos como saldo da epidemia. A capital, Recife, teve 3.338 vítimas fatais, sendo quase 3.000 em somente 30 dias. Talvez por isso, a sua associação com a virilidade, com os artifícios de um matador impiedoso. O universo cristão, moldando parte considerável do imaginário coletivo da época, parece apresentar às figuras femininas um aspecto menos “violento”, menos atroz. (PINHO, 1920; ANDRADE, op cit.)

Não obstante em períodos como o medievo a mulher apresente-se como “ardilosa”, o seu aspecto “protetor” e “frágil” também é, amiúde, ressaltado. Na verdade, o perigo da mulher reside no fato dela utilizar artifícios, de certo modo, estranhos ao universo masculino. A mulher não dispõe da força física dos machos. Não é estranho, portanto, que o seu papel seja constantemente associado à fragilidade e astúcia. Não à violência. Judite e Ester são exemplos bíblicos disto: a primeira, utilizando-se da formosura do seu rosto, teria vencido Holofernes e os assírios. Por sua vez, Ester é um símbolo da libertação do cativeiro do povo judeu.⁷

Voltando ao universo masculino, uma correspondência da época, assinada por Antônio Pedro (o polêmico senhorio de Silvério) e endereçada ao seu pai informa: “*em minha caza só quem se acha com saúde sou eu e o preto Francisco, todos os demais estão doentes*”. Encerrando a sua carta, o mesmo autor escreveu “*muito desejo que vosmecê e toda família estejam sem novidade*” (D'ARAÚJO, op cit)

Aqui, diferente da correspondência anterior, as famílias são lembradas. Mas não nomeadas. Nome só ao preto “Francisco” possivelmente um escravo doméstico, que, por não encontrar-se enfermo, acabou adentrando à narrativa do autor. No lugar do Sr. Cholera, surge um outro termo: a “*novidade*”. A ironia do autor sinaliza para a forma quase corriqueira de tratar a epidemia que, em agosto de 1855, chegava aos lares sergipanos.

Aracaju, nesta mesma época, lutava contra quase tudo. As obras para transformar o povoado em capital cumpriam uma rotina morosa, en-

quanto o governo de Inácio Barbosa tentava estabelecer “cordões sanitários” (terrestres e marítimos) para evitar que o Cólera Morbus desembarcasse na nova capital. Tudo em vão. E, verdade seja dita, a Aracaju de 1855 era um convite irrecusável ao ímpeto cruel da “fera do ganges”. Como escreve Pires Wynne, no tempo da mudança da capital Aracaju era ainda uma “grande área pantanosa”: *“cidade por muitos anos sem esgotos, de ruas enlameadas, sem canalização de água potável, as dejeções eram feitas nos quintais das casas, e tudo concorria, para maior contaminação e freqüentes epidemias”* (WYNE, op.cit. : 182-3).

E Aracaju não foi caso isolado. O cólera solapou outras regiões da Província. Pouco a pouco o terror germinava. Nas palavras de Santos Neto:

“as primeiras notícias vieram de vilas fronteiriças com as terras baianas. A Câmara da Vila de Campos (atual Tobias Barreto) deu o primeiro sinal de apelo, pois o flagelo já devorava com insistência algumas vítimas e a população ensaiava um certo pânico”. (SANTOS NETO, op.cit)

Mas por quais motivos a doença chocava tanto? Afinal de contas, outros males já haviam castigado o território de Sergipe Del Rey. Outras doenças chegaram a matar tanto quanto o Cólera. A febre amarela, pelo que se sabe, matou 235 pessoas contra 120 vítimas do Cólera em Simão Dias no mesmo período. Porém, algumas características tornam o “vômito negro” um mal peculiar.

Uma das particularidades é o fato de que o Cólera não possuía um público específico. Ou seja, distinta de outras doenças, o “visitante asiático” levava independentemente à morte crianças e adultos. Distinguindo-se de outras pestes como o sarampo e a bexiga, da febre amarela, males que pareciam apresentar uma predileção por índios e por “gastar a escravaria”, o “açoite do Senhor” feria uma população diversificada. A epidemia não matava somente gente pobre ou escrava. Tocava juizes, advogados, padres e militares. Este fato é significativo por fomentar uma série de mudanças no discurso médico, sanitário e administrativo oitocentista (ANDRADE, op cit: 18; OLIVA E SILVA, op.cit.:122).

Tendência acentuada desde a segunda metade do século XIX, a necessidade de evitar a propagação de “*miasmas*”, sobretudo pelo ar, levou a uma importante alteração no cotidiano populacional. Vejamos o que escreveu o historiador João José Reis:

“Como parte das reformas liberais prometidas por Pedro I, a lei de 1828 que reestruturava as municipalidades estabelecia que as Câmaras providenciassem a remoção dos mortos das áreas urbanas. Com o passar dos anos, além das câmaras – que emitiram dezenas de posturas regulamentando as práticas fúnebres –, as assembleias provinciais, que começaram a funcionar em 1835, produziram leis que obrigavam as irmandades, paróquias e conventos a abandonar o costume de enterrar seus mortos nas igrejas” (REIS, 1997: 135; Cf. CHALOUN, 1996: 168-185).

Mas poucas tarefas são difíceis como quebrar um costume, um hábito cotidiano. Não foi diferente com os sepultamentos em igrejas. O cólera, como uma “tormenta”, uma “invasão” apocalíptica levou o governo sergipano a iniciar a mudança nos territórios dos mortos. Outro desdobramento da epidemia de 1855, os sepultamentos em zonas afastadas da cidade passam a ser defendidos por médicos e governantes como algo imprescindível:

“uma das poderosas causas que mais tem concorrido para os males que temos testemunhado é sem dúvida o enterramento nas igrejas. Um antigo preconceito tinha enraizado no espírito do povo simples e ignorante a crença de que sua salvação exige que seus corpos sejam sepultados nos sagrados recintos das igrejas” (BENEVIDES, 1857).

É difícil, para não dizer impossível, mensurar as alterações sofridas no imaginário social oitocentista diante das mudanças normativas. O cólera arrastava consigo a crença de que era imprescindível tratar a urbe. Com o impedimento oficial de sepultamentos em igrejas, (o que não significou a efetivação do seu término) esperava-se diminuir

a difusão do Cólera Morbus e males semelhantes. Assim sendo, a mudança no conceito de *“lugar ideal para sepultar os mortos”* solicitava novas diretrizes ao espaço urbano. (REIS, op. cit)

Por outro lado, devemos considerar a complicada situação envolvendo o Governo sergipano. Mal saíram da nervosa transferência de capital, os dirigentes locais eram apanhados pelo cólera. Não havia nenhum tipo de planejamento para combater um problema deste porte. Nas palavras do Barão de Maroim – o mesmo a quem se presume ter trazido a epidemia para Sergipe – vislumbra-se uma imagem tétrica. Lamentava o político: *“tantas centenares de vidas preciosas ceifadas, tantas fortunas colossais aniquiladas, tanta viuvez, tanta orfandade, tanta miséria!!...oh! por certo que é melhor ant’um quadro tão triste e luctuoso recuar, emudecer”*.⁸

A leitura das cartas evidencia o modo aterrador como o Cholera tocou alguns aspectos do imaginário sergipano. Evidentemente, é óbvio que há uma diferença no percurso imaginário entre como os fatos ocorreram e como eles eram vistos pela população. Entretanto, tal *“defasagem”* só acentua a capacidade que as sociedades têm em construir e reconstruir imagens (BACZKO, 1985). A correspondência nos tempo do cólera fornece uma noção de como a sociedade da época *“recepçionava”* a epidemia e os seus desdobramentos.

Deste modo, as imagens que afloram da epidemia de cholera morbus, as insinuações ao *“Sr. Cholera”*, à *“fera do ganges”*, à *“novidade”* ilustram formas diferenciadas de lidar com o pânico diante do mal que, conforme as convicções do período, poderia ser transmitido a partir do ar infectado. Ar pesado como o da nova capital sergipana, cidade erguida sobre os mangues.

Enfim, as representações realizadas sobre a epidemia do cólera tornam-se, deste modo, um componente valioso na compreensão da história de Sergipe. Seu aspecto de fenômeno maciço deve ser entendido através da conjugação de diversos fatores, entre os quais citamos: a) o fato da doença matar indistintamente: não havia distinções sociais e ou biológicas entre vítimas. Ao que parece, a população escrava foi a mais atingida – as más condições de habitação e higiene que se impunham a esta parcela social são os grandes contribuintes deste quadro. Todavia, no caso da nascente Aracaju capital, as dificul-

dades não estiveram restritas à escravaria. Problemas com saneamento e habitação já eram uma preocupação dos demais cidadãos da época. Daí a matança também ser grande entre a população livre; b) a pouca articulação entre os órgãos públicos para combater a doença: a transferência da capital ocorreu quase em paralelo ao surto de cólera, o que certamente dificultou a ação do Governo estadual; c) as mudanças trazidas nas práticas funerárias, através do deslocamento da Igreja para os cemitérios.

A ironia, presente em certas cartas, contrasta com lamentos e preocupações de homens públicos e cidadãos "*comuns*". O visitante asiático, graças às precárias condições sociais das cidades sergipanas, não fez concessões às classes dos seus anfitriões biológicos e compulsórios. Castigou, sem piedade, cerca de 30.000 infelizes sergipanos.

NOTAS

1. ENGELS, F. **El papel del trabajo en la transformación del mono em hombre**. Moscóu: Editorial Progreso, 1979, p. 14; Cf. BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. Pref. Jacques Le Goff. São Paulo: Cia das Letras, 1993. GRMEK, Apud. OLIVA, Terezinha Alves e SILVA, Milton Barbosa. "Documentos sobre a epidemia de Cólera em Sergipe no século XIX". **Caderno UFS-História**. São Cristóvão: UFS, n. , 1996.
2. BOLSANELLO, Aurélio. **Dicionário de Biologia**. Curitiba/PR: Ed. Educacional Brasileira, 1976. v. 03, p. 191; FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**. 11 ed. Rio de Janeiro: GAMMA, 1990; Os outros três grandes momentos mencionados por Felisbello Freire seriam 1575 (primeira expedição jesuítica); 1696 (elevação à categoria de comarca da Bahia) e 1822 (independência). Cf. FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2 ed. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo de Sergipe. 1977; CARVALHO SOBRINHO, José Sebrão de. **Laudas da História de Aracaju**. Aracaju: Regina, 1955.
3. Cf. ANDRADE, Gilberto Osório de. **A Cólera Morbus: um momento crítico da história da Medicina em Pernambuco**. 2 ed. Recife: FUNDAJ: Editora Massangana, 1986 (Estudos e Pesquisas, 40); WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe (1575-1930)**. Rio de Janeiro: Pongetti, s1970, v. 1; FREIRE, op. cit.; CALAZANS, José. Aracaju: contribuição à História da Capital de Sergipe. **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: FUNDESC, 1992, p. 82.
4. OLIVA e SILVA, op. cit. p. 120 e 122; SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. **"A Fera do Ganges": significados do Cholera Morbus em Sergipe do século XIX (1855 e 1862)**. Aracaju, 1998. (Pré-Projeto de pesquisa apresentado à comissão de seleção para o mestrado em História do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UNICAMP/IFCH).
5. Tal correspondência foi elaborada pelo sr. Antônio Joaquim da Silva Gomes. O documento apresenta diversos anexos como as cartas de Silvério e de Antônio Pedro. Cf. GOMES (b), Antônio Joaquim Silva. Aracaju, 14 mar. 1856. Correspondência. Cópia do acervo do PDPH (Cx. 136). Original Arquivo Nacional Seção dos Ministérios.
6. Cf. O Cholera. A Cholera. **Revista da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, n. 22, p. 195-198, mar. 1923. CONSULTA.
7. Na Bíblia, Judite é elogiada "porque o poderoso entre eles [os assírios] não foi prostrado às mãos de Judite, mancebos, nem os filhos de Titã o feriram, nem desmarchados gigantes se lhe opuseram, mas Judite, filha de Merari, o derrubou com a formosura do seu rosto" (grifos nossos). Por sua vez, Rute (Cf. Rute 2, 11) apresenta a recompensa da piedade divina. Através dela esboça-se a imagem da universalidade da salvação messiânica. Outra imagem da mulher frágil pode ser vislumbrada no Apocalipse (12, 1-4). Ali, a "a mulher vestida de sol" com dores de parto (uma alusão à Igreja Cristã) foge de um dragão vermelho "que tinha 7 cabeças e 10 cornos: e nas ventas 7 diademas". Cf. **Bíblia Sagrada**. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1990. Sobre a mulher medieval, Georges Duby apresenta trabalhos interessantes. Ver, por exemplo DUBY, G. **Damas do Século XII: a lembrança das ancestrais**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
8. Barão de Maroim. **Ofício ao Ministério da Justiça**. Aracaju, 17/12/1855. Cópia do Acervo do PDPH/UFS. Cf. OLIVA e SILVA, op. cit.

onalidade. As representações são fatores produtores de realidade, repercutindo na maneira como interpretamos o que acontece à nossa volta e sobre as respostas que encontramos para validar as previsões e explicações acerca de determinado fenômeno. A representação é sempre representação de alguma coisa, exprimindo, desse modo, a relação de um sujeito com um objeto. Não é, entretanto, a expressão de um sujeito ou um reflexo de um objeto, mas, segundo Abric, citado por VALA (op.cit), um produto do confronto da atividade mental de um sujeito e das relações complexas que mantém com o objeto.

O estudo da atividade representativa de um indivíduo pode enfatizar diferentes perspectivas de análise como: estudo de estruturas e processos cognitivos ligados as atividades de codificação, decodificação e memorização; estudo dos processos motivacionais que dirigem a dinâmica da atividade cognitiva bem como das relações entre as estruturas cognitivas e o estudo dos investimentos pulsionais e fantasmáticos que interferem na atividade cognitiva e simbólica.

Essas considerações se referem diretamente a pergunta: “em que sentido uma representação é social?” De acordo com VALA (op. cit.), utilizando um critério quantitativo, pode-se dizer que uma representação é social na medida em que é partilhada por um conjunto de indivíduos e, utilizando um critério genético, considera-se uma representação como social no sentido em que é coletivamente produzida.

REPENSANDO A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

De acordo com MEDRADO (1998), as críticas que se dirigem ao conceito de representações sociais podem ser divididas em dois grupos: um grupo que, fundamentado numa abordagem positivista, aponta uma falta de clareza conceitual da teoria, pouco rigor metodológico e o próprio estatuto de teoria; outro grupo, identificado com as novas vertentes psico-sócio-lingüísticas, criticam o emprego do termo “representação”, pois este remete à idéia de um objetivismo, uma vez que postula a existência do objeto “real”, como sendo anterior às construções cognitivas e às práticas sociais.

As críticas feitas pelo primeiro grupo, na avaliação de SPINK (1996), remetem à questão dos paradigmas dominantes de ciência e à contra-

DOCUMENTOS

- BENEVIDES, Salvador Correia de Sá. **Relatório com que foi entregue a administração da Província de Sergipe**. Aracaju: Typografia Provincial de Sergipe, 1857.
- D' ARAÚJO, Antônio Pedro Machado. Aracaju, 4 jan. 1856. **Correspondência**. PDPH (Cx. 136). Original Arquivo Nacional Seção dos Ministérios.
- GOMES (a), Silvério José. Aracaju, 8 dez. 1855. **Correspondência**. PDPH (Cx. 136). Original Arquivo Nacional Seção dos Ministérios.
- GOMES (b), Antônio Silva. Aracaju, 14 mar. 1856. **Correspondência**. PDPH (Cx. 136). Original Arquivo Nacional Seção dos Ministérios.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Gilberto Osório de. **A Cólera Morbus: um momento crítico da história da Medicina em Pernambuco**. 2 ed. Recife: FUNDAJ: Editora Massangana, 1986 (Estudos e Pesquisas, 40).
- BACZKO, Bronislaw. "Imaginação Social". In: **Enciclopédia Einaudi - Antrhopos-Homem**. v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1985.
- Bíblia Sagrada**. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1990.
- BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. Pref. Jacques Le Goff. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- BOLSANELLO, Aurélio. **Dicionário de Biologia**. Curitiba/PR: Ed. Educacional Brasileira, 1976. v. 03.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Anales: a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: EDUNESP, 1991.
- CHALOUB, Sidney. Teoria e Política das práticas higienistas. **Cidade de Febril**. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 168-185.

- CALAZANS, José. Aracaju: contribuição à História da Capital de Sergipe. **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: FUNDESC, 1992.
- CARVALHO SOBRINHO, José Sebrão de. **Laudas da História de Aracaju**. Aracaju: Regina, 1955.
- DUBY, G. **Damas do Século XII: a lembrança das ancestrais**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- ENGELS, F. El papel del trabajo en la transformación del mono em hombre. Moscú: Editorial Progreso, 1979.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**. 11 ed. Rio de Janeiro: GAMMA, 1990.
- FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2 ed. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo de Sergipe. 1977.
- MOTT, Luiz R. B. **Sergipe Del Rey: População, Economia e Sociedade**. Aracaju: FUNDESC, 1986 (Coleção Jackson da Silva Lima).
- OLIVA, Terezinha Alves e SILVA, Milton Barbosa. Documentos sobre a epidemia de Cólera em Sergipe no século XIX. In: **Caderno UFS-História**. São Cristóvão: UFS, p. 119-124, 1996.
- PINHO, José Wanderley de Araújo. A Cholera Morbus de 1855 e o papel de Cypriano Betamio. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**. Bahia, n. 46, p. 141, 153, 1920.
- REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1997: v. 2. p. 96-141
- SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. **"A Fera do Ganges": significados do Cholera Morbus em Sergipe do século XIX (1855 e 1862)**. Aracaju, 1998. (Pré-Projeto de pesquisa apresentado à comissão de seleção para o mestrado em História do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UNICAMP/ IFCH).
- WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe (1575-1930)**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1970, v. 1.